

# RRCGG

RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA

Consolidação de Contas

2016



## Índice

I.	Introdução .....	5
II.	Perímetro de Consolidação .....	7
III.	Método de Consolidação .....	9
IV.	Balanço Consolidado .....	11
V.	Demonstração de Resultados .....	13
1.	Análise Patrimonial .....	14
a)	Análise ao Balanço .....	14
b)	Análise da Demonstração de Resultados .....	17
c)	Dívida do Grupo Municipal.....	20
d)	Indicadores de natureza patrimonial .....	21
VI.	Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado .....	24
VII.	Anexos às Demonstrações Financeiras .....	25
1.	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação.....	25
2.	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada .....	26
3.	Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....	26
4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo.....	27
a)	Dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço .....	28
5.	Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros .....	29
6.	Informações relativas a compromissos.....	29
7.	Informações relativas a políticas contabilísticas .....	29
a)	Imobilizações.....	30
b)	Investimentos financeiros .....	30
c)	Existências .....	30
d)	Dívidas de e a terceiros .....	30
e)	Provisões .....	30
f)	Disponibilidades .....	31
8.	Informações diversas .....	31

## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões .....	31
b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão .....	34
c) Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades .....	35
d) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial .....	36
e) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior .....	36
f) Demonstração consolidada dos resultados financeiros .....	37
g) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários.....	38
h) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.....	39
i) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos .....	40
VIII. Encerramento.....	41

# I. Introdução

No contexto da descentralização das competências atribuídas aos municípios, e por via de uma maior necessidade de rigor e controlo das contas do setor público, torna-se demasiado redutor a apresentação das contas numa perspetiva individual, condicionando assim a análise da real situação financeira do Município.

Desse modo, torna-se relevante efetuar uma análise mais abrangente, considerando forçosamente o setor empresarial local, objetivando a transparência e o rigor da informação ao nível do relato financeiro.

No âmbito da prestação de contas, o relato financeiro consolidado torna-se imperativo, pois visa apresentar as contas de um grupo de entidades como se de uma única se tratasse, sendo para tal, realizadas as demonstrações financeiras apropriadas, proporcionando uma visão global da situação financeira e dos resultados do grupo de consolidação, possibilitando uma análise das políticas públicas locais.

A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que aprovou a Lei das Finanças Locais, determinou a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas por parte dos municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital em entidades do setor empresarial local. Porém, com a aprovação do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, mais propriamente estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (NLFL), com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014. Veio introduzir algumas alterações ao nível da consolidação de contas, nomeadamente quanto à sua abrangência.

Por força de ausência de procedimentos contabilísticos no âmbito da consolidação de contas, mais especificamente na elaboração das demonstrações financeiras, o Município de Oeiras, recorreu às normas estabelecidas pela Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, complementada pelo conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, e que permitiram a prestação de contas de forma coerente, harmoniosa e comparável.

Ressalva-se ainda que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, em conformidade com o disposto no art.º 75º da NLFL, pela Câmara Municipal e alinhado com o instituído no nº 2 do art.º 76º, submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte aquele a que respeitam.



# II. Perímetro de Consolidação

Conforme instituído pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, vem o seu artigo nº 75 patentear carácter obrigatório quanto à necessidade de apresentação de contas consolidadas com as entidades detidas e participadas por parte dos Municípios.

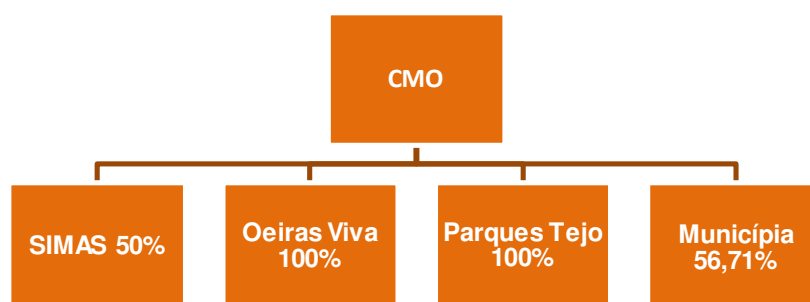
Sendo o grupo autárquico constituído pelo Município de Oeiras e pelas entidades por ele controladas, direta ou indiretamente, sendo considerado para efeitos de controlo, o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais de outras entidades, advindo assim benefício das suas atividades, é necessário adotar alguns procedimentos inerentes ao processo de reporte de contas consolidadas.

Assim, importa definir o Perímetro de Consolidação, ou seja, definir as entidades que reúnem as condições legalmente previstas para integrar o grupo de consolidação de contas. Para o exercício de 2016, a entidades que compõem o Perímetro de Consolidação, são as que se apresentam em seguida:

- **A Município, Sociedade Anónima**, nasceu em 1999 e tem como missão contribuir para o prestígio e afirmação dos municípios no mercado nacional e no mercado PALOP, nas áreas da Geo-Informação e Tecnologia, assumindo-se como a interface empresarial, dos municípios para os municípios, nas áreas da produção de Cartografia, Cadastro, Sistemas de informação Geográfica, Internet (Municípios Digitais e e-Government), Formação, Consultoria, Fotografia Aérea, LiDAR e na elaboração de Edição de Publicações na área da sua atividade, sendo a participação do Município de Oeiras de 56,71%;
- **A Oeiras Viva, EEM**, foi constituída em 2001 sendo detida a 100% pelo Município de Oeiras. O seu objeto Social é a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património da CMO ou aqueles que a qualquer título estejam confiados ao município para desenvolvimento daquelas atividades, bem como promover as ações necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços, bem como a prestação de serviços de apoio às atuações municipais ou de outras entidades públicas ou privadas, no domínio da promoção de atividades socioculturais e desportivas;
- **A Parques Tejo, EEM**, iniciou a sua atividade em 1999, tendo como objetivo dotar o Concelho de Oeiras com zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento, munidos de equipamentos com uma qualidade de excelência e geridos de acordo com as melhores práticas e com uma criteriosa aplicação dos recursos disponíveis. É participada a 100% pelo Município de Oeiras;

- O SIMAS, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora, EIM, controlado equitativamente pelos Municípios de Oeiras e Amadora, viu ocorrer a sua reconfiguração estatutária em 2013, por força da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, visa garanti o abastecimento público de água e a prestação de serviços de saneamento básico às populações residentes nos Concelhos de Oeiras e Amadora, de acordo com elevados padrões de qualidade nos serviços disponibilizados e na relação com a comunidade intermunicipal.

### Perímetro de consolidação



Facilmente perceptível, nem todas as entidades participadas pelo Município de Oeiras, e que conseqüentemente integram o Grupo Autárquico, constituem o Perímetro de Consolidação, por força do estipulado no artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, que exclui as entidades não materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não impute expressividade às contas da entidade consolidante.

Relativamente ao exercício anterior, de realçar a exclusão da Habitágua do Perímetro de Consolidação, devido ao facto desta entidade se encontrar em processo de dissolução com conseqüente liquidação em 2016, tendo mesmo sido liquidada no decorrer do ano de 2017.



### III. Método de Consolidação

É em função da percentagem de controlo que a entidade consolidante detém sobre as participadas, que é determinado o método de consolidação de contas a adotar<sup>1</sup>.

Tendo por base as percentagens de controlo que o Município de Oeiras detém nas entidades que integram o Perímetro de Consolidação, é utilizado o Método Proporcional na consolidação com o SIMAS, e o Método Integral com as restantes entidades.

- **O Método Proporcional** é utilizado nos empreendimentos conjuntos, ou seja, nos casos em que o controlo é efetuado conjuntamente com outra(s) entidade(s), situação que se verifica no SIMAS, em que o controlo é partilhado igualmente entre os Municípios de Oeiras e Amadora. A aplicação deste método consiste na soma rúbrica a rúbrica dos ativos e passivos do Balanço, dos gastos e rendimentos da Demonstração de Resultados, apenas na percentagem correspondente à participação detida, eliminando assim a existência de interesses minoritários<sup>2</sup>, uma vez que apenas considera a percentagem detida. Paralelamente são eliminadas as operações recíprocas, apenas na proporção detida.
- **O Método Integral** é aplicado nos casos em que a entidade-mãe detém uma percentagem de controlo sobre as entidades participadas superior a 50%. Pela aplicação deste método, é efetuada a integração no Balanço e na Demonstração de Resultados da empresa consolidante, os diferentes elementos constantes nessas demonstrações financeiras das empresas consolidadas. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intra-grupo, ou seja operações entre as entidades que compõem o Perímetro de Consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores. São atribuídos os interesses minoritários, correspondente à parte que a entidade consolidante não controla das participadas.

O Processo de consolidação de contas, visa apresentar as contas de um grupo de entidades, através das demonstrações financeiras, como se de uma única entidade se tratasse, refletindo a sua posição financeira, bem como a sua situação económica.

---

<sup>1</sup> Existem 3 métodos diferentes, possíveis de utilizar, consoante a participação: Método Integral; Método Proporcional e Método de Equivalência Patrimonial.

<sup>2</sup> Interesses Minoritários – A Diretriz Contabilística n.º 1/91 – define em 3.2.8 os interesses minoritários como a parte dos resultados e dos capitais próprios de uma subsidiária que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe



## IV. Balanço Consolidado

BALANÇO				(Unidade: Euro)	
Código das contas POCAL	Ativo	2016			2015
		AB	AP	AL	
	<b>Imobilizado:</b>				
	<b>Bens e recursos naturais</b>				
451	Terrenos e recursos naturais	5.245.044	-	5.245.044	5.028.445
452	Edifícios	4.779.518	856.044	3.923.474	4.002.723
453	Outras construções e infra-estruturas	64.034.891	21.589.715	42.445.176	45.317.135
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	4.683.961	108.616	4.575.345	4.250.822
459	Outros bens de domínio público	5.255.676	16.518	5.239.157	5.240.291
445	Imobilização em curso	21.643.209	-	21.643.209	44.059.319
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	-	-	-	-
		<b>105.642.299</b>	<b>22.570.894</b>	<b>83.071.405</b>	<b>107.898.735</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
431	Despesas de instalação	1.501.622	1.481.097	20.526	201.896
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.397.591	1.365.431	32.160	45.166
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.890.732	1.430.241	460.491	231.465
443	Imobilizações em curso	-	-	-	-
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-
		<b>4.789.945</b>	<b>4.276.769</b>	<b>513.176</b>	<b>478.526</b>
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	120.779.883	-	120.779.883	120.117.905
422	Edifícios e outras construções	407.949.020	91.977.429	315.971.592	296.754.758
423	Equipamento Básico	28.024.194	22.361.961	5.662.233	3.893.179
424	Equipamento de transporte	8.656.955	6.246.230	2.410.725	2.496.203
425	Ferramentas e utensílios	1.012.171	894.163	118.008	62.812
426	Equipamento administrativo	20.853.892	18.287.530	2.566.363	2.649.978
427	Taras e vasilhame	204.034	204.034	-	-
429	Outras imobilizações corpóreas	11.839.197	8.808.800	3.030.397	3.278.601
442	Imobilizações em curso	23.806.026	-	23.806.026	20.998.526
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	22.611	-	22.611	22.611
		<b>623.147.984</b>	<b>148.780.147</b>	<b>474.367.837</b>	<b>450.274.573</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>				
411	Partes de capital	12.010.974	894.084	11.116.891	10.976.891
412	Obrigações e títulos de participação	5.430.542	-	5.430.542	5.430.542
414	Investimentos em imóveis	-	-	-	-
415	Outras aplicações financeiras	4.364	-	4.364	-
441	Imobilizações em curso	-	-	-	3.823
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	-	-
		<b>17.445.880</b>	<b>894.084</b>	<b>16.551.797</b>	<b>16.411.256</b>
	<b>Circulante:</b>				
	<b>Existências:</b>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.953.664	205.137	2.748.527	2.895.034
35	Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
33	Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-
32	Mercadorias	76.799	-	76.799	20.087
37	Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	10.225
		<b>3.030.463</b>	<b>205.137</b>	<b>2.825.326</b>	<b>2.925.346</b>
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
		-	-	-	-
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>				
28	Empréstimos concedidos	1.434.744	1.434.744	-	556.344
211	Clientes, c/c	2.480.290	448.347	2.031.943	1.368.332
212	Contribuintes, c/c	363.435	-	363.435	110.859
213	Utentes, c/c	2.503.938	-	2.503.938	2.825.649
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	14.553.807	12.363.873	2.189.934	2.403.877
251	Devedores pela execução do orçamento	-	-	-	-
224	Cauções a fornecedores	312	-	312	1.558
229	Adiantamentos a fornecedores	16.202	-	16.202	8.907
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizações	-	-	-	-
24	Estado e outros entes públicos	183.502	-	183.502	153.266
264	Administração autárquica	100.295	-	100.295	152.131
262+263+267+268	Outros devedores	718.497	140.967	577.530	451.526
		<b>22.355.021</b>	<b>14.387.931</b>	<b>7.967.090</b>	<b>8.032.449</b>
	<b>Títulos negociáveis:</b>				
151	Ações	-	-	-	-
152	Obrigações e títulos de participação	-	-	-	-
153	Títulos de dívida pública	-	-	-	-
159	Outros títulos	-	-	-	-
18	Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-
		-	-	-	-
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	68.135.845	-	68.135.845	55.158.566
11	Caixa	48.734	-	48.734	84.993
		<b>68.184.579</b>		<b>68.184.579</b>	<b>55.243.559</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
271	Acréscimos de proveitos	11.355.074	-	11.355.074	6.960.238
272	Custos diferidos	330.587	-	330.587	315.530
		<b>11.685.661</b>		<b>11.685.661</b>	<b>7.275.768</b>
	<b>Total de amortizações</b>		<b>175.627.810</b>		
	<b>Total de provisões</b>		<b>15.487.151</b>		
	<b>Total do ativo</b>	<b>856.281.832</b>		<b>665.166.871</b>	<b>648.540.212</b>

# 2016 Relatório de Contas Consolidadas

BALANÇO		(Unidade: Euro)	
Código das contas POCAL		2016	2015
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património	346.383.917	345.913.736
52	Ações próprias	- 255	-
53	Outros Inst. de CP	-	-
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-	-
56	Reservas de reavaliação	-	-
571	Reservas legais	20.067.451	17.152.030
572	Reservas estatutárias	1.903.311	1.484.515
573	Reservas contratuais	-	-
574	Reservas livres	31.505.256	31.833.243
575	Subsídios	-	-
576	Doações	3.211.820	3.043.310
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos	-	-
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação at.	60.055.655	59.303.350
59	Resultados transitados	96.456.008	51.232.772
88	Resultado líquido do exercício	22.901.822	52.515.625
	Interesses Minoritários	1.440.234	1.451.427
		<b>583.925.219</b>	<b>563.930.008</b>
<b>Passivo</b>			
292	Provisões para riscos e encargos	12.942.470	6.202.098
		<b>12.942.470</b>	<b>6.202.098</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>			
2312	Empréstimos de m/l prazo	16.010.217	21.310.586
221	Fornecedores, c/c	-	34.814
2611	Fornecedores de imobilizado	8.828.334	13.242.501
262+263+267+268	Outros credores	4.846.261	6.493.600
		<b>29.684.811</b>	<b>41.081.501</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
2312	Empréstimos de curto prazo	3.000.441	3.485.242
269	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
221	Fornecedores, c/c	1.987.090	1.719.380
223	Fornecedores, c/c - depósitos de garantias	12.033	13.226
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.656.241	1.204.891
217	Clientes com cauções, adiantamentos de clientes,	233.956	235.050
219	Adiantamento de clientes, utentes e contribuintes	763.883	721.556
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c e leasing	6.447.081	5.823.783
26113	Fornecedores de imobilizado, c/ depósito de garantia	490.357	511.231
24	Estado e outros entes públicos	1.513.282	1.749.070
264	Administração autárquica	2.791.958	2.594.994
262+263+267+268	Outros credores	4.055.575	4.249.904
2618	Fat em recepção e conferência - Imob	92.829	24.480
2614	Credores de factoring	484.187	102.312
		<b>23.528.913</b>	<b>22.435.120</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de custos	10.832.545	10.771.827
274	Proveitos diferidos	4.252.913	4.119.659
		<b>15.085.458</b>	<b>14.891.486</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>81.241.653</b>	<b>84.610.205</b>
<b>Total dos fundos próprios interesses minoritários e do passivo</b>		<b>665.166.871</b>	<b>648.540.212</b>

## ÓRGÃO EXECUTIVO

Em..... de ..... de  
.....

## ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em..... de ..... de  
.....

## V. Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(Unidade: Euro)			
Código das contas POCAL		2016	2015
<b>Custos e perdas</b>			
61	<b>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>		
612	Mercadorias	7.752.761	6.587.584
616	Matérias	224.210	1.557.476
62	Fornecimentos e serviços externos	47.521.000	42.478.833
<b>Custos com o pessoal:</b>			
641+642	Remunerações	38.261.334	35.096.048
643 a 648	Encargos sociais	10.085.387	9.145.924
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações s	10.091.647	7.468.372
66	Amortizações do exercício	11.778.609	10.727.736
67	Provisões do exercício	12.337.370	3.872.066
65	Outros custos e perdas operacionais	417.939	316.942
	<b>(A)</b>	<b>138.470.257</b>	<b>117.250.981</b>
68	Custos e perdas financeiros	1.771.038	3.091.328
	<b>(C)</b>	<b>140.241.295</b>	<b>120.342.310</b>
69	Custos e perdas extraordinários	7.466.635	7.031.193
	<b>(E)</b>	<b>147.707.930</b>	<b>127.373.502</b>
88	Resultado líquido do exercício	22.905.214	52.530.928
<b>Proveitos e ganhos</b>			
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>			
7111	Vendas de mercadorias	171.614	165.037
7112+7113	Vendas de produtos	8.435.513	9.635.806
712	Prestações de serviços	35.808.813	35.976.114
713+716	Rendas de habitação social	5.510.699	3.949.575
72	Impostos e taxas	77.515.708	76.328.052
	Variação da produção	-	-
75	Trabalhos para a própria entidade	53.432	53.601
73	Proveitos suplementares	359.741	354.499
74	Transferências e subsídios obtidos	28.743.414	24.348.978
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	125.730	185.807
	<b>(B)</b>	<b>156.724.665</b>	<b>150.997.469</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.503.961	979.911
	<b>(D)</b>	<b>158.228.626</b>	<b>151.977.380</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários	12.384.519	27.927.050
	<b>(F)</b>	<b>170.613.145</b>	<b>179.904.430</b>

Resumo:	2016	2015
Resultados operacionais: (B) - (A)	18.254.407	33.746.488
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)	- 267.077	- 2.111.417
Resultados correntes: (D) - (C)	17.987.331	31.635.071
Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	22.905.214	52.530.928
Resultado atribuível ao Município	22.901.822	52.515.625
Resultado atribuível a Interesses minoritários	3.392	15.302

**ÓRGÃO EXECUTIVO**

Em..... de ..... de  
.....

**ÓRGÃO DELIBERATIVO**

Em..... de ..... de  
.....

## 1. Análise Patrimonial

### a) Análise ao Balanço

Através da apresentação do Balanço Consolidado, pretende-se refletir a posição financeira e patrimonial das várias entidades que compõem o Perímetro de Consolidação do Município de Oeiras, que neste caso se refere ao exercício de 2016. Contudo, importa alertar para o facto de que o Balanço reflete a posição numa determinada data, nomeadamente a 31 de dezembro, em oposição à Demonstração de Resultados e de Fluxos de Caixa, que demonstram os movimentos ocorridos ao longo de um período, mais concretamente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro.

Por via das participações financeiras que detém, o Município de Oeiras, controla não só as políticas de gestão, como também as políticas financeiras das entidades, pelo que, as contas individuais das entidades participadas, devem estar refletidas nas contas do Município, caso expressem impacto significativo.

Dessa forma, por via do Balanço, é possível visualizar e analisar, a composição dos Ativos do grupo de consolidação, que não são mais que a representação dos bens e dos direitos existentes, os quais se encontram divididos em ativo imobilizado e circulante, consoante o tempo que se espera deter o ativo em posse da entidade.

Por outro lado, é possível identificar a origem dos fundos que foram aplicados ou investidos nos ativos, nomeadamente se esses fundos foram obtidos via capital próprio ou via capital alheio, estando também a parte dos capitais alheios, divididos em permanentes ou correntes, atendendo ao prazo da exigibilidade.

O Balanço de 2016 apresenta a evolução manifestada na tabela seguinte:

BALANÇO	2016	2015	Varição
<b>Total do Ativo</b>	<b>665.166.871</b>	<b>648.540.212</b>	<b>2,56%</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>574.504.215</b>	<b>575.063.090</b>	<b>-0,10%</b>
<i>Bens e recursos naturais</i>	83.071.405	107.898.735	-23,01%
<i>Imobilizações incorpóreas</i>	513.176	478.526	7,24%
<i>Imobilizações corpóreas</i>	474.367.837	450.274.573	5,35%
<i>Investimentos financeiros</i>	16.551.797	16.411.256	0,86%
<b>Circulante</b>	<b>90.662.656</b>	<b>73.477.122</b>	<b>23,39%</b>
<i>Existências</i>	2.825.326	2.925.346	-3,42%
<i>Dívidas de terceiros - Curto Prazo</i>	7.967.090	8.032.449	-0,81%
<i>Depósitos em instituições financeiras e caixa</i>	68.184.579	55.243.559	23,43%
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	11.685.661	7.275.768	60,61%
<b>Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>665.166.871</b>	<b>648.540.212</b>	<b>2,56%</b>
<b>Fundos Próprios</b>	<b>583.925.219</b>	<b>563.930.008</b>	<b>3,55%</b>
<b>Passivo</b>	<b>81.241.653</b>	<b>84.610.205</b>	<b>-3,98%</b>
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	12.942.470	6.202.098	108,68%
<i>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</i>	29.684.811	41.081.501	-27,74%
<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>	23.528.913	22.435.120	4,88%
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	15.085.458	14.891.486	1,30%

## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

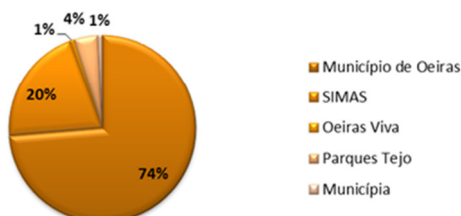
É possível verificar com clareza, que o ativo do grupo consolidado apresenta um crescimento de 2,56%, representando um valor absoluto na ordem dos 16,6 milhões de euros. Contudo os dois grandes grupos de ativos obtiveram comportamentos diferentes. No que respeita ao Imobilizado, este apresentou uma insignificante descida, como consequência sobretudo da grande queda de valor dos *Bens de recursos naturais*. Esta descida elevada, dá-se fundamentalmente pela diminuição em mais de 50% do Imobilizado em Curso do Município de Oeiras, sendo a causa desse efeito a passagem de 21,5 milhões de euros referentes à II Fase do Parque dos Poetas, que se encontravam em *Imobilizações em Curso*, para *Imobilizações Corpóreas*.

Em sentido contrário, o ativo circulante, apresenta uma subida média de mais de 23%, fruto sobretudo do aumento das disponibilidades em *Depósitos em instituições financeiras e caixa*. A composição desta rubrica é caracterizada pela tabela que se apresenta. De referir, que os ajustamentos são próprios do processo de consolidação de contas.

Entidade	2016	2015	Variação
Município de Oeiras	50.145.631	37.783.790	32,72%
SIMAS	14.008.721	12.271.987	14,15%
Oeiras Viva	539.066	319.499	68,72%
Parques Tejo	2.821.161	3.085.377	-8,56%
Municípia	537.615	1.631.253	-67,04%
Habitágua		12.675	
Ajustamentos	132.386	138.979	-4,74%
<b>Total</b>	<b>68.184.579</b>	<b>55.243.559</b>	<b>23,43%</b>

É o Município de Oeiras que mais contribui para o valor global das disponibilidades, representando cerca de 74%.

### Composição de Disponibilidades - 2016

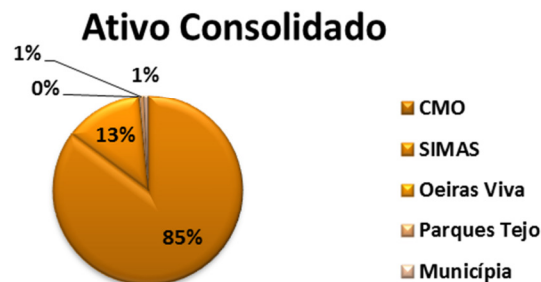


Por consequência destas alterações, o *Ativo Circulante* aumentou o seu peso global em 3% na estrutura do *Ativo Total*.

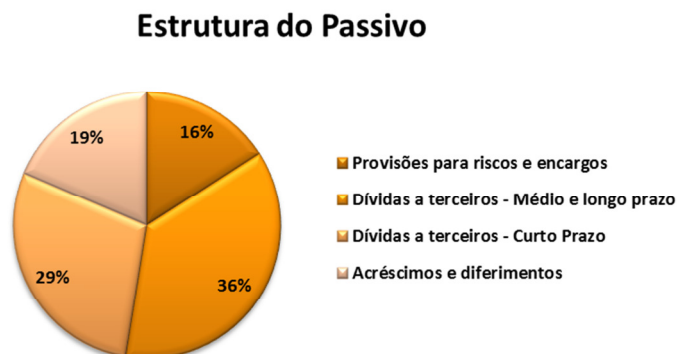
### Composição do Ativo



A entidade que maior volume impute ao Ativo Total, à imagem do ano anterior é o Município de Oeiras. De facto, todas as entidades mantiveram o seu contributo para o *Ativo Total*.



No que respeita aos *Fundos Próprios e Passivo*, regista-se um aumento dos *Fundos Próprios* e uma descida do *Passivo*. Esta descida é fundamentada pela diminuição do passivo de médio e longo prazo, mais concretamente por via da redução dos *Empréstimos de m/l prazo* proveniente do Município de Oeiras, e pela descida do valor dos *Fornecedores de imobilizado* também referente ao Município de Oeiras.



Quanto à estrutura do *Passivo*, verifica-se que as *Dívidas a terceiros de médio e longo prazo* representam cerca de 36% do passivo exigível do grupo de consolidação. O Município de Oeiras é a única entidade do grupo que apresenta valores nesta rúbrica do *Passivo*.

Relativamente às *Provisões para riscos e encargos* mais que duplicam o seu valor, situação que se verifica devido ao aumento desta rúbrica no balanço do Município de Oeiras, aumento este relacionado com uma provisão constituída em 2016 no valor de 10,5 milhões de euros, por via do processo judicial com a PPP-Oeiras Expo, em que existe uma probabilidade elevada de sermos condenados a muito curto prazo.

Por análise da rúbrica de empréstimos, é evidenciada uma descida de quase 25% dos *Empréstimos de médio longo prazo* consolidados, e uma descida de quase 14% dos *Empréstimos de curto prazo*. Esta situação, induz numa dependência cada vez menor do grupo autárquico face ao financiamento bancário, e por via disso, a consequente diminuição dos custos de financiamento.



### b) Análise da Demonstração de Resultados

Da análise à Demonstração de Resultados é possível obter a posição e a eficiência económica alcançada, permitindo avaliar, neste caso, a capacidade que o grupo autárquico consolidado demonstrou em gerar fluxos de caixa durante o período de análise. Na verdade, pretende-se identificar em que medida a estrutura de custos e perdas é coberta pela estrutura dos proveitos e ganhos.

Com base nos resultados obtidos em 2016, verifica-se que a estrutura de custos e perdas foi coberta na totalidade pela estrutura de proveitos e ganhos, sobrando um saldo positivo de 22.905.214 €. Os Resultados Operacionais apresentaram um excedente de 18.254.407 € e os Resultados Correntes tiveram o valor de 17.987.331 €.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016	2015	Varição
<b>Resultado Líquido</b>	<b>22.905.214</b>	<b>52.530.928</b>	<b>-56%</b>
<b>Custos e Perdas</b>	<b>147.707.930</b>	<b>127.373.502</b>	<b>16%</b>
<i>CMVMC</i>	55.497.971	50.623.893	10%
<i>Custos com pessoal</i>	48.346.721	44.241.972	9%
<i>Transferências e prestações sociais</i>	10.091.647	7.468.372	35%
<i>Amortizações do exercício</i>	11.778.609	10.727.736	10%
<i>Provisões do exercício</i>	12.337.370	3.872.066	219%
<i>Outros Custos operacionais</i>	417.939	316.942	32%
<i>Custos e perdas financeiros</i>	1.771.038	3.091.328	-43%
<i>Custos e perdas extraordinários</i>	7.466.635	7.031.193	6%
<b>Proveitos e Ganhos</b>	<b>170.613.145</b>	<b>179.904.430</b>	<b>-5%</b>
<i>Vendas e prestações de serviços</i>	49.926.639	49.726.532	0,40%
<i>Impostos e taxas</i>	77.515.708	76.328.052	1,56%
<i>Trabalhos para a própria entidade</i>	53.432	53.601	-0,32%
<i>Proveitos Suplementares</i>	359.741	354.499	1,48%
<i>Transferências e subsídios obtidos</i>	28.743.414	24.348.978	18%
<i>Outros proveitos operacionais</i>	125.730	185.807	-32%
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>	1.503.961	979.911	53%
<i>Proveitos e ganhos extraordinários</i>	12.384.519	27.927.050	-56%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>18.254.407</b>	<b>33.746.488</b>	<b>-46%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-267.077</b>	<b>-2.111.417</b>	<b>-87%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>17.987.331</b>	<b>31.635.071</b>	<b>-43%</b>

O resultado líquido do grupo apresenta uma diminuição de cerca de 56% explicado sobretudo por duas razões. A primeira razão tem sobretudo origem no aumento dos *Custos e Perdas*, mais especificamente na parte das *Provisões do Exercício*. Conforme referido anteriormente na análise das provisões para riscos e encargos, a provisão constituída para a PPP-Oeiras Expo tem um valor de 10,5 milhões de euros. Extraindo este acontecimento da rúbrica de provisões, ocorreria uma diminuição do seu valor global.

A segunda razão assenta sobretudo na diminuição da rubrica de *Proveitos e ganhos extraordinários*. Esta diminuição decorre do facto de que em 2015 existia uma provisão constituída por conta de resultados negativos do SATU, no valor de quase 19 milhões de euros, e que através da sua dissolução, a provisão foi anulada. Em termos contabilísticos, o reconhecimento de uma provisão, implica o reconhecimento de um gasto, pelo que a sua anulação, implica o respetivo proveito. Dessa forma, os resultados extraordinários de 2015 apresentaram esse proveito extraordinário, não verificado em 2016.

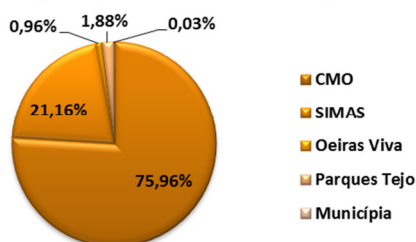
De facto, pode-se afirmar que, não existindo estes dois eventos referidos ao nível das provisões, verificados em 2015 e 2016, o resultado do grupo consolidado teria aumentado.

De assinalar, que todas as entidades que integram o Perímetro de Consolidação, apresentaram Resultados do Exercício positivos, sendo a sua composição apresentada no gráfico.

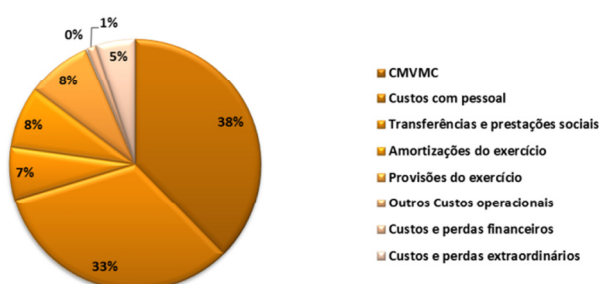
De referir ainda que o Resultado Líquido do Município de Oeiras continha na rubrica *Proveitos e ganhos financeiros* um valor de 4 milhões de euros referentes à distribuição de dividendos do SIMAS, pelo que foi feito o devido ajustamento contabilístico através da sua anulação. Dessa forma, o peso do Resultado Líquido do Município de Oeiras no grupo consolidado diminui um pouco.

A estrutura de custos e perdas apresenta a composição conforme o gráfico supra, evidencia apenas um aumento do peso relativo das provisões do exercício, provocando um ligeiro ajuste nas restantes rubricas desta componente.

### Composição Resultado Líquido

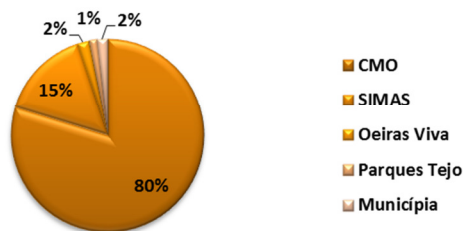


### Estrutura de Custos e Perdas



Mais uma vez, é o Município de Oeiras quem mais impacto imputa neste domínio pela dimensão dos seus custos.

### Influência nos Custos e Perdas



O Aumento verificado em 2016 relativo aos CMVMC advém sobretudo do aumento registado nos Fornecimentos de Serviços Externos do Município de Oeiras. Nesta rúbrica, a Parques Tejo e a Município apresentam diminuições dos seus custos, que nas suas contas individuais têm relevo, contudo nas contas do grupo o seu impacto torna-se quase irrelevante.

Relativamente à componente dos *Custos com Pessoal*, na sua generalidade todas as entidades apresentaram ligeiros aumentos relativamente ao ano anterior, com exceção do Município de Oeiras, que apresenta um aumento significativo, justificado no seu relatório individual pelo compromisso assumido com o Contrato Interadministrativo no âmbito da Delegação de Competências, celebrado com o Ministério da Educação e também pela reversão da redução remuneratória prevista na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

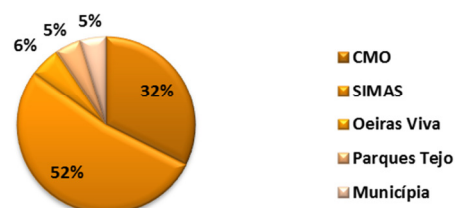
Contudo, de referir que no âmbito do Contrato Interadministrativo o aumento provocado nos *Custos com Pessoal*, tem o seu inverso na parte dos *Proveitos*, nomeadamente na rúbrica *Transferência e subsídios obtidos*.

No que concerne ao aumento verificado no âmbito das *Transferências concedidas e prestações sociais*, decorre na íntegra da responsabilidade do Município de Oeiras, uma vez que as restantes entidades participadas não registam qualquer movimento. Este aumento decorre sobretudo, das políticas preconizadas pelo Município, no que respeita ao apoio social, mais concretamente através do Fundo de Emergência Social, e apoio a atividades e projetos de ação social na área do envelhecimento.

No que respeita à componente de *Proveitos e Ganhos*, para além das rúbricas já previamente analisadas, importa evidenciar alguns factos.

A componente de *Vendas e Prestações de serviços* que engloba várias rúbricas da Demonstração de resultados, não apresenta alteração face ao exercício anterior, contudo de realçar, que apenas o Município de Oeiras e a Oeiras Viva apresentam um crescimento neste domínio, colmatando as diminuições verificadas nas restantes entidades. Assim, esta componente é constituída conforme o gráfico.

### Vendas e Prestações de Serviços



A rubrica de *Impostos e taxas* apresenta um ligeiro crescimento, e é da total responsabilidade do Município de Oeiras.

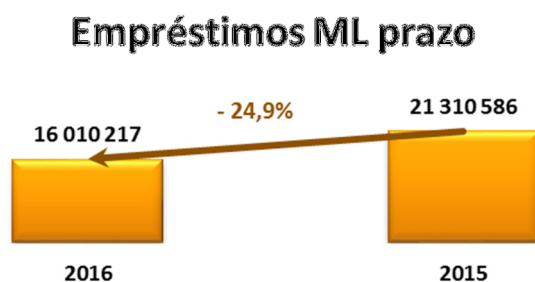
No global, a informação que a Demonstração de Resultados proporciona, indica que o grupo de consolidação apresenta dados bastante positivos, não apresentando grandes divergências nos valores que representam as suas atividades, excluindo os provocados por fenómenos extraordinários.

### c) Dívida do Grupo Municipal

Decorrente de décadas em que não existia controlo relativo ao endividamento contraído pelas instituições públicas, e por força de uma grave crise económica que assolou o país, houve a necessidade de regulamentar o recurso ao financiamento, pelo que em 2013, entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e que veio estabelecer o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, nomeadamente o seu art.º 52 que impõe o limite da dívida total com operações orçamentais dos municípios, incluindo as contraídas pelas entidades do Setor Empresarial Local, não podendo ultrapassar assim 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, estando inclusivamente previsto na legislação, penalizações às entidades que não cumpram.

Apesar de regras mais criteriosas na obtenção de financiamento, este recurso é em muitos casos uma ferramenta de gestão indispensável à prossecução das atividades que entidades pretendem realizar.

De salientar que em 2016, no que se refere a *Empréstimos de médio e longo prazo*, verificou-se uma diminuição de quase 25%, face ao exercício de 2015. Apenas o Município de Oeiras e a Município contêm empréstimos com esta maturidade, registando ambos diminuições absolutas de 5,2 milhões de euros e 93 mil euros respetivamente.



### d) Indicadores de natureza patrimonial

As demonstrações financeiras transmitem um conjunto de informação relevante que se encontra subjacente, e que numa primeira análise não é possível identificar. Contudo, esta informação é preciosa no que toca aos órgãos de gestão, uma vez que pode influenciar a adoção de determinadas medidas, podendo incutir alguma relevância nas políticas do executivo.

Assim, são apresentados diversos rácios/indicadores do desempenho do grupo autárquico.

Rácios / Indicadores	2016	2015
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo Fixo / Ativo Total	86,37%	88,67%
Ativo Circulante / Ativo Total	13,63%	11,33%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo Longo Prazo / Passivo Exigível	36,54%	48,55%
Passivo Curto Prazo / Passivo Exigível	28,96%	26,52%
Passivo Longo Prazo / Passivo Curto Prazo	126,16%	183,11%
<b>Rácios de Liquidez</b>		
Liquidez Geral	385,32%	327,51%
Liquidez Reduzida	373,32%	314,47%
Prazo Segurança de Liquidez	232	220
<b>Análise Ativo Fixo</b>		
Ativo Fixo / Endividamento MLP	1935,35%	1399,81%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	23,39%	22,06%
<b>Análise Passivo Exigível</b>		
Coefficiente de Endividamento a Curto Prazo	6,79%	6,49%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo	8,57%	11,88%
<b>Rácios de Rendibilidade</b>		
ROE	3,92%	9,32%
ROI	3,44%	8,10%
ROA	2,74%	5,20%
Rendimento do Investimento Total	22.901.822	52.515.625
Rendimento dos Fundos Próprios	20.104.656	45.664.303
Rendimento dos Capitais Alheios	2.797.166	6.851.322
<b>Rácio de Cobertura</b>		
Resultado Operacional / Serviço da Dívida	3,47	4,21
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Próprios	101,64%	98,06%
Cobertura Ativo Fixo por Capitais Permanentes	106,83%	105,21%
<b>Índice de Solvência</b>		
Fundos Próprios / Passivo	718,75%	666,50%
Ativo Líquido / Passivo	818,75%	766,50%
Ativo Líquido (excluindo bens de domínio público) / Passivo	716,50%	638,98%

Conforme anteriormente analisado, o peso do ativo circulante na estrutura do ativo total, tem vindo a ganhar relevância, tendência manifestada nos últimos exercícios.

Relativamente à preponderância do Passivo de longo prazo no total do passivo, regista-se uma diminuição acentuada. Inversamente, apesar de ligeiro, existe um aumento do peso do Passivo de curto prazo no Passivo total. Esta informação, analisada individualmente, poderá sugerir um aumento dos riscos de tesouraria, uma vez que diminuíram as exigências

de longo prazo e aumentaram as exigências de curto prazo. Contudo, não podemos desconsiderar que o passivo total também diminuiu, debelando assim os riscos referidos.

Inclusivamente, pela análise dos rácios de liquidez, a informação apresentada traduz uma melhoria substancial no Prazo de Segurança de liquidez, bem como o aumento dos rácios de Liquidez Geral e Reduzida.

Estes rácios medem o grau em que o passivo de curto prazo está coberto pelo ativo circulante.

O Ativo Fixo representa o investimento efetuado pelo Grupo Autárquico, líquido das depreciações ocorridas entretanto, pelo que é relevante perceber de que forma é financiado. Em 2015, os Fundos Próprios cobriam em cerca de 98% o Ativo Fixo. Em 2016, por via de um aumento dos Fundos Próprios, e de uma ligeira diminuição do Ativo Fixo, este é coberto na sua totalidade pelos Fundos Próprios.

Assim, os capitais permanentes excedem largamente as necessidades de financiamento de médio e longo prazo, pelo que reforçam o que já anteriormente se verificara, no âmbito de necessidades de tesouraria, uma vez, que existem capitais permanentes a financiar ativo circulante.

O Resultado Operacional corresponde à diferença entre os proveitos e ganhos operacionais e os custos e perdas operacionais. Estes resultados, devem cobrir posteriormente os resultados financeiros e extraordinários, para que o resultado líquido do exercício não seja negativo.

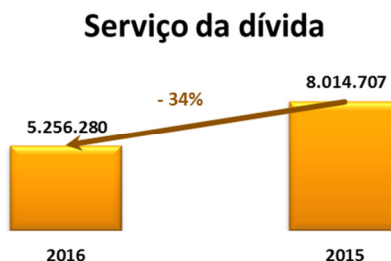
Assim, importa perceber, a dimensão dos resultados operacionais

comparativamente ao serviço da dívida<sup>3</sup>, ou seja, a capacidade de os resultados operacionais cobrirem o serviço da dívida. Em 2016, apesar do valor do serviço

da dívida ter diminuído, conforme demonstra o gráfico, os resultados operacionais também diminuíram, pelo que justifica a redução da cobertura.

Analisando o índice de solvência, ou seja, a capacidade que o grupo tem de solver os seus compromissos através dos fundos próprios, ou dos seus bens, regista-se uma melhoria em cada indicador. O aumento de solvabilidade advém pela redução do passivo, mas também pelo aumento do valor tanto dos fundos próprios como do ativo total.

Convém ter presente, que as atividades desenvolvidas pelo grupo consolidado têm um forte cariz de serviço público, pelo que o objetivo



<sup>3</sup> Serviço da dívida – Amortização de capital (referente a parte de empréstimos reembolsados no período), mais os juros suportados.

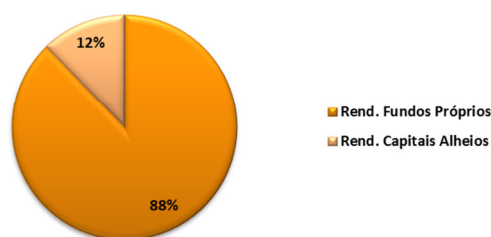
primordial não visa a obtenção de lucro, relevando os rácios de rendibilidade para um plano secundário.

Contudo, e por forma a avaliar o desempenho obtido, é importante a sua mensuração. Assim, por via de uma diminuição do resultado líquido consolidado, o ROE<sup>4</sup> apresenta uma diminuição de mais de 5 pontos percentuais, à imagem dos restantes rácios de rendibilidade, que por via da descida dos resultados operacionais, também apresentam diminuições.

O Resultado Líquido no valor de 22.905.214 € obtido em 2016 pelo grupo de entidades que integram o perímetro de consolidação foi proveniente pelo investimento dos Fundos Próprios em cerca de 88%, e proveniente pelo investimento dos capitais alheios em cerca de 12%.

Proveniente da análise à informação financeira, o grupo autárquico apresenta sinais bastante positivos não só no exercício de 2016, como também na evolução demonstrada nos últimos exercícios. De facto, e apesar do elevado peso que o desempenho do Município de Oeiras coloca nas contas consolidadas, convém referir que nos últimos exercícios o perímetro de consolidação tem vindo a ser alterado por força de diversas dissoluções com liquidação de entidades que, por norma, apresentavam resultados negativos e uma posição financeira bastante débil. Na verdade, a exclusão do grupo de consolidação de entidades que com frequência incutiam um impacto negativo nos resultados consolidados, como no nível de endividamento, tem sido determinante para a melhoria da imagem financeira do grupo autárquico.

**Rendimento do Investimento Total**



<sup>4</sup> Na denominação Anglo-Saxónica – Return On Equity – que em português significa Rendibilidade dos Capitais Próprios

## VI. Mapa dos Fluxos de Caixa Consolidado

Ano: **2016**  
(Unidade: Euro)

Fluxos de Caixa estatutários 2016										
	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Habitágua	Rec e pag Relacionado	Total		
Saldo da Gerência anterior - depois da alteração perímetro	37 783 790	12 410 967	319 499	3 085 377	1 631 253			55 230 885		
Saldo da gerência anterior - antes da alteração do perímetro	37 783 790	12 410 967	319 499	3 085 377	1 631 253	12 675		55 243 560		
Recebimentos	137 187 527	37 944 269	3 821 538	2 853 100	3 847 934		5 552 828	180 101 540		
Pagamentos	124 825 686	36 207 535	3 608 564	3 117 316	4 941 572		-5 552 828	167 147 845		
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>50 145 631</b>	<b>14 147 701</b>	<b>532 473</b>	<b>2 821 161</b>	<b>537 615</b>	<b>0</b>		<b>68 184 580</b>		
<b>Fluxo Líquido do ano</b>	<b>12 361 841</b>	<b>1 736 734</b>	<b>212 974</b>	<b>-264 216</b>	<b>-1 093 638</b>	<b>0</b>		<b>12 953 695</b>		



## VII. Anexos às Demonstrações Financeiras

Por força do disposto no art.º 75 da Lei n.º 73, de 3 de setembro, o Município de Oeiras apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2016, e que se reportam a 31 de dezembro.

O grupo autárquico realizou as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, a qual aprova a Orientação n.º 1/2010, e que estabelece um conjunto de princípios que devem reger a elaboração das contas consolidadas.

As notas apresentadas no presente anexo, refletem as informações financeiras relativas aos saldos e fluxos financeiros ocorridas nas entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio e longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, mais especificamente Balanço, Demonstração de resultados e Fluxos de Caixa Consolidados, omitindo-se todos os pontos que não se aplicam ao grupo autárquico, ou se cinjam a factos ou situações que não sejam materialmente relevantes.

### 1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

As entidades que integram o grupo autárquico para o reporte de contas consolidadas referente ao exercício de 2016, e dando cumprimento ao estipulado pelo art.º 75 da Lei n.º 73/2013, são as seguintes:

Nome	Sede	% Part.	Capital Próprio	Responsáveis	Sistema de Contab. aplicável	Nº Trab.
Município de Oeiras	Largo Marquês de Pombal 2784-501 Oeiras		499 125 827,84	Presidente: Paulo César Vistas Vice-Presidente: Carlos Morgado Vereadores: Ricardo Barros, Madalena Castro, Marlene Rodrigues, Alexandre Luz, Eduarda Godinho, Angelo Pereira, Marcos Rodrigues, Alexandra Moura e Daniel Branco	POCAL	2 320
SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora, E.I.M.	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 19, Urb. Moinho das Antas 2784-541 Oeiras	50%	159 374 778,40	Presidente: Paulo Cesar Vistas Vogal: Carlos Morgado Vogal: José Agostinho Marques	POCAL	394
Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Socioculturais e Desportivos, E.E.M.	Piscina Oceânica de Oeiras Estrada Marginal - Praia da Torre 2780-267 Oeiras	100%	909 184,58	Presidente: Rafael Salgueiro Vogal: José Manuel Pereira Vogal: Natércia Pina	SNC	65
Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, E.E.M.	Av. das Túlipas, nº 6, Piso 10 D/E Miraflores 1495-161 Algés	100%	4 093 574,76	Presidente: Armindo Azevedo Administradora: Albertina Guedes Administrador: José Manuel Constantino	SNC	50
Município, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, 11 - 3º B Taguspark 2740-120 Porto Salvo	57%	3 326 944,70	Presidente: Fernando Nascimento Trigo Administrador: José Alberto Cardoso Administrador: João Brito da Silva	SNC	35

### 2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Devido a existirem diferentes sistemas contabilísticos no Grupo Autárquico do Município de Oeiras, e por forma a imputar maior consistência na informação prestada, procedeu-se à uniformização da informação proveniente das várias entidades que constituem o perímetro de consolidação, convertendo os dados de SNC para POCAL, efetuando as reclassificações necessárias bem como os ajustamentos.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas baseadas no conjunto de princípios aplicados pela entidade consolidante, alinhados com o disposto na portaria 474/2010, de 15 de junho, nomeadamente quanto à relevância e materialidade, à fiabilidade, à neutralidade, à plenitude, à comparabilidade espacial e temporal e à representação fidedigna da informação nelas contidas.

Com base no exposto anteriormente, ressalva-se que as demonstrações financeiras relativas ao perímetro de consolidação definido, e que são parte integrante deste documento, apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados obtidos pelo conjunto das entidades que constituem o grupo autárquico.

Foi excluída do perímetro de consolidação, comparativamente ao exercício anterior, a empresa Habitágua – Serviços Domiciliários, Lda., uma vez que a 31 de dezembro encontrava em processo de dissolução com conseqüente entrada em liquidação, provocando os devidos ajustamentos nas demonstrações financeiras. À data de elaboração do presente relatório, a entidade já se encontrava liquidada.

### 3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Realizaram-se movimentos extra contabilísticos, tendo em vista correções ao nível da eliminação, da participação financeira, de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e dos saldos entre as mesmas entidades.

**4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo**

Código das Contas	Designação das contas a)	Endividamento Líquido b)					Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
		CMO	SIMAS	OV	PT	Municipia		
2312	Empréstimos de Longo Prazo	15.889.786				120.431	16.010.217	16.010.217
221	Fornecedores c/c M/L prazo	0					0	0
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	8.828.334					8.828.334	8.828.334
262+263+267+268	Outros Credores	4.846.261					4.846.261	4.846.261
<b>Total</b>		<b>29.564.381</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>120.431</b>	<b>29.684.812</b>	<b>29.684.811</b>

Ano: **2016**

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros-médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

a) Dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado que se vencem nos 4 anos seguintes à data do balanço

	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Eliminação de valores relacionados	Total
Empréstimos de m/l prazo	15 889 786				120 431		16 010 217
Fornecedores de Imobilizado m/l prazo	8 828 334						8 828 334
Fornecedores c/c m/l							0
Outros Credores m/l prazo	4 846 261						4 846 261
Empréstimos de curto prazo	2 507 612		400 000		92 830		3 000 441
Fornecedores c/c	1 386 487	78 562	135 673	73 201	313 167	120 966	1 987 090
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	470 561	1 177 735		7 945			1 656 241
Clientes com cauções	233 956						233 956
Adiantamentos de clientes, cont. e utentes		763 883					763 883
Fornecedores de imobilizado c/c	6 474 816	34 049		31 045			6 539 910
Credores de Factoring	484 187						484 187
Estado e outros entes públicos	308 384	851 253	106 552	35 838	83 327		1 385 353
Administração autárquica		2 791 958					2 791 958
Outros Credores	3 990 370	6 078	4 950	10 791	43 386		4 055 575
<b>Total</b>	<b>45 420 754</b>	<b>5 703 518</b>	<b>647 175</b>	<b>158 820</b>	<b>653 141</b>		<b>52 583 406</b>

Ano: 2016

(Unidade: Euro)

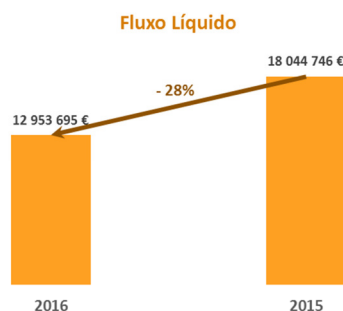
### 5. Informações relativas a Saldos e Fluxos Financeiros

O mapa de fluxos de caixa permite visualizar o volume global de pagamentos e recebimentos ocorridos nas entidades do grupo autárquico, e que afetam a sua tesouraria. Também emana informação sobre o saldo que transita para a gerência do exercício seguinte.

<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>a)</b>	<b>55 230 885</b>
Recebimentos	b)	180 101 540
Pagamentos	c)	167 147 845
Saldo para a gerência seguinte	e) = a) + b) - c)	68 184 580
<b>Fluxo Líquido do ano</b>	<b>b) - c)</b>	<b>12 953 695</b>

Por força da exclusão da Habitágua do perímetro de consolidação, o saldo que transitou da gerência anterior sofreu uma ligeira correção. Assim, foi anulado o valor de 12.675 € alterando o saldo da gerência anterior para o valor de 55.230.885 €.

O valor do movimento relativo aos recebimentos do grupo autárquico foi superior em 7,75% face ao movimento relativo aos pagamentos, significando um fluxo financeiro positivo de 12.953.695 €. Este valor, tanto em termos absolutos como em termos relativos, apresenta-se inferior ao registado em 2015, conforme se percebe no gráfico.



### 6. Informações relativas a compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo Autárquico para exercícios futuros, relativos à entidade consolidante, estão todos representados no balanço consolidado.

### 7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram construídas de acordo com os critérios valorimétricos enunciados no Ponto 4. Do POCAL.

As entidades que constituem o perímetro de consolidação converteram os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo autárquico, garantindo assim a homogeneização da informação apresentada.

### a) Imobilizações

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e os bens de domínio público, do grupo autárquico, estão reconhecidos ao valor do custo de aquisição ou de produção.

No que concerne ao imobilizado em curso, encontra-se valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, ou linha reta, com referência ao ano em que os bens foram colocados para utilização, praticando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, conforme o disposto no POCAL.

### b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, vulgarmente designado de partes de capital, estão registados ao nível da contabilidade pelo custo de aquisição.

### c) Existências

As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

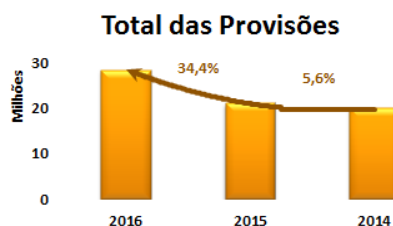
### d) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros estão registadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### e) Provisões

As provisões do grupo de consolidação estão registadas pelas regras adotadas no POCAL, e são calculadas com base no princípio da prudência.

A 31 de dezembro de 2016 o valor das provisões reconhecidas do grupo autárquico equivalia a 28.429.621 €, significando um aumento de mais de 7,3 milhões de euros.



## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

Este aumento representa um crescimento do valor desta rubrica face ao exercício do ano anterior em 34,4%.

	2016	2015	2014
<b>Total das Provisões</b>	28.429.621	21.152.135	20.026.486

### f) Disponibilidades

As disponibilidades de depósitos em instituições financeiras e caixa, refletem os montantes relativos a meios de pagamentos e aos saldos de todas as contas de depósito, estando os mesmo expressos em euros.

## 8. Informações diversas

### a) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

No final do ano de 2016, as rubricas dos bens de imobilizado do Grupo Autárquico, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

## ATIVO BRUTO

Designação	31-12-2015 Aprovado	Alteração de perímetro	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2016
<b>Bens de Domínio Público</b>						
451 - Terrenos e Recursos Naturais	5.028.445		162.130	0	54.469	5.245.044
452 - Edifícios	4.779.518		0	0	0	4.779.518
453 - Outras Construções e Infraestruturas	63.821.724		0	0	213.167	64.034.891
455 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	4.352.263		62.519	194.875	464.054	4.683.961
459 - Outros bens do domínio público	5.255.630		0	0	46	5.255.676
445 - Imobilizado em curso	44.059.319		4.712.602	3.133.484	-23.995.228	21.643.209
446 - Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0		0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>127.296.898</b>	<b>0</b>	<b>4.937.251</b>	<b>3.328.359</b>	<b>-23.263.492</b>	<b>105.642.299</b>
<b>Imobilizado Incorporado</b>						
431 - Despesas de Instalação	1.494.630		0	0	6.993	1.501.622
432 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.397.591		0	0	0	1.397.591
433 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.581.811		148.581	0	160.341	1.890.732
434 - Imobilizado em Curso	0		0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>4.474.032</b>	<b>0</b>	<b>148.581</b>	<b>0</b>	<b>167.333</b>	<b>4.789.945</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
421 - Terrenos e recursos naturais	120.117.905	0	555.781	1.480.336	1.586.533	120.779.883
422 - Edifícios e Outras Construções	381.302.590	4.593	3.931.292	334.245	23.053.978	407.949.021
423 - Equipamento básico	25.291.614	8.801	2.405.888	63.964	399.457	28.024.194
424 - Equipamento de transporte	8.783.938	20.064	374.324	221.598	-259.646	8.656.955
425 - Ferramentas e utensílios	939.865	721	70.397	0	5.346	1.012.171
426 - Equipamento administrativo	20.756.604	135.108	343.984	39.506	-72.081	20.853.892
427 - Tars e vasilhames	204.287	253	0	0	0	204.034
429 - Outras Imobilizações corpóreas	11.685.726	23.427	630.930	9.778	-446.970	11.839.197
442 - Imobilizado em curso	20.998.526	191.075	6.768.087	0	-3.769.512	23.806.026
448 - Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	22.611		0	0	0	22.611
<b>Subtotal</b>	<b>590.103.666</b>	<b>384.042</b>	<b>15.080.682</b>	<b>2.149.427</b>	<b>20.497.105</b>	<b>623.147.984</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
4111 - Associações de municípios	5.062.035		0	1.030.000	0	4.032.035
4112 - Empresas Municipais e Intermunicipais	1.719.201		0	0	2.761.738	2.011.833
4113 - Empresas privadas ou cooperativas	5.917.106		0	0	0	5.967.106
4114 - Outras Entidades	50.000		0	0	0	0
4122 - Fundo de Apoio Municipal - FAM	5.430.542		0	0	0	5.430.542
4151 - Outras aplicações financeiras	3.823		541	0	0	4.364
<b>Subtotal</b>	<b>18.182.707</b>	<b>0</b>	<b>541</b>	<b>1.030.000</b>	<b>2.761.738</b>	<b>17.445.880</b>
<b>Total Imobilizado Bruto</b>	<b>740.057.303</b>	<b>384.042</b>	<b>20.167.054</b>	<b>6.507.786</b>	<b>162.684</b>	<b>751.026.108</b>



## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Designação	42369	Alteração de perímetro	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-12-2016
<b>De Bens de Domínio Público</b>						
4852 - Edifícios	776.795		79.249	0	0	856.044
4853 - Outras Construções e Infraestruturas	18.504.589		3.054.731	0	30.395	21.589.715
4855 - Bens do Património histórico, artístico e cultural	101.441		7.175	0	0	108.616
4859 - Outros bens do domínio público	15.338		1.180	0	0	16.518
<b>Subtotal</b>	<b>19.398.164</b>	<b>0</b>	<b>3.142.335</b>	<b>0</b>	<b>30.395</b>	<b>22.570.894</b>
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>						
4831 - Despesas de Instalação	1.292.734		188.362	0	0	1.481.097
4832 - Estudos Projetos de desenvolvimento - Comum	1.352.425		12.603	0	0	1.365.431
4833 - Propriedade Industrial e Outros Direitos	1.350.346		79.895	0	0	1.430.241
<b>Subtotal</b>	<b>3.995.506</b>	<b>0</b>	<b>280.861</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.276.769</b>
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>						
4821 - Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
4822 - Edifícios e Outras Construções	84.547.831	4.593	7.469.465	88.362	53.088	91.977.429
4823 - Equipamento básico	21.398.435	8.073	993.596	59.396	37.399	22.361.961
4824 - Equipamento de transporte	6.287.735	20.064	418.200	345.488	-94.153	6.246.230
4825 - Ferramentas e utensílios	875.141	0	31.573	11.026	0	894.163
4826 - Equipamento administrativo	18.107.347	134.075	427.381	39.547	-73.576	18.287.530
4827 - Taras e vasilhame	204.034	0	0	0	0	204.034
4829 - Outras Imobilizações corpóreas	8.408.570	23.431	431.915	9.778	0	8.808.800
442 - Imobilizado em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>139.829.093</b>	<b>190.236</b>	<b>9.772.130</b>	<b>553.598</b>	<b>-77.242</b>	<b>148.780.147</b>
<b>De Investimentos Financeiros</b>						
491 - Partes de capital	1.771.451		193.061	0	-1.070.428	894.084
<b>Subtotal</b>	<b>1.771.451</b>	<b>0</b>	<b>193.061</b>	<b>0</b>	<b>-1.070.428</b>	<b>894.084</b>
<b>Total das amortizações e provisões</b>	<b>164.994.213</b>	<b>190.236</b>	<b>13.388.386</b>	<b>553.598</b>	<b>-1.117.275</b>	<b>176.521.893</b>

## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

- b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão

A 31 de dezembro de 2016, o grupo de consolidação detinha as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Ano: 2016

(Unidade: Euro)

Entidades	Garantias bancárias	Outras	Total
<b>CMO</b>			
Instituto Biblioteca Nacional Livro	49.880	-	49.880
IHRU Instituto H R Urbana, IP	18.988	-	18.988
Brisa Autoestradas de Portugal, S.A.	179.567	-	179.567
Petrogal Petróleos de Portugal	5.986	-	5.986
Instituto Biblioteca Nacional Livro	32.971	-	32.971
Tribunal Judicial Comarca Oeiras	249.399	-	249.399
Infraestruturas de Portugal, S.A.	5.250	-	5.250
<b>Subtotal</b>	<b>542.040</b>	-	<b>542.040</b>
<b>SIMAS</b>			
Estradas de Portugal, S.A.	2.828	-	2.828
Estradas de Portugal, S.A.	39.405	-	39.405
Estradas de Portugal, S.A.	5.000	-	5.000
Estradas de Portugal, S.A.	5.000	-	5.000
Estradas de Portugal, S.A.	5.250	-	5.250
Estradas de Portugal, S.A.	3.540	-	3.540
<b>Subtotal</b>	<b>61.023</b>	-	<b>61.023</b>
<b>Oeiras Viva</b>			
DGCI	114.416	-	114.416
DGCI	140.000	-	140.000
<b>Subtotal</b>	<b>254.416</b>	-	<b>254.416</b>
<b>Total</b>	<b>857.479</b>	-	<b>857.479</b>

c) Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades

Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

Rubricas	Ano: <b>2016</b> (Unidade: Euro)					
	Mercado Interno 2016	Mercado Externo 2016	Total 2016	Mercado Interno 2015 Aprovado	Mercado Externo 2015 Aprovado	Total 2015
Vendas de Marcadorias	171 614		171 614	165 037		165 037
Vendas de produtos	8 435 513		8 435 513	9 635 806		9 635 806
Vendas de serviços	35 113 949	694 864	35 808 813	35 905 733	69 381	35 975 114
<b>Total</b>	<b>43 721 076</b>	<b>694 864</b>	<b>44 415 940</b>	<b>45 706 576</b>	<b>69 381</b>	<b>45 775 957</b>

- d) **Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bom como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial**

Ano: **2016**  
(Unidade: Euro)

Designação	CMO	SIMAS	Oeiras Viva	Parques Tejo	Município	Total 2016
Órgãos Autárquicos	305 727					305 727
Órgãos Sociais			52 586	47 982	50 731	151 299
Órgãos de fiscalização	20 600	12 500	8 400	9 800	7 800	59 100
<b>Total</b>	<b>326 327</b>	<b>12 500</b>	<b>60 986</b>	<b>57 782</b>	<b>58 531</b>	<b>516 126</b>

- e) **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Como consequência da exclusão da Habitágua do perímetro de consolidação, toda a informação refletida pelas demonstrações financeiras foi devidamente ajustada à circunstância em apreço.

## f) Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
681	Juros Suportados	1 500 615	3 263 895	781	Juros Obtidos	451 656	439 126
682	Perdas em entidades Participadas	193 061		782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de imóveis	1 049 026	808 792
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital	4 870	86 857
685	Diferenças de câmbios desfavoráveis	61		785	Diferenças de câmbios favoráveis	0	1
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		23
688	Outros Custo e perdas financeiros	77 301	106 658	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		39
	Resultados financeiros	-267 077	-2 036 528	789	Reembolsos Interface	-1 589	-813
		<b>1 503 961</b>	<b>1 334 024</b>			<b>1 503 961</b>	<b>1 334 024</b>

Ano: **2016**

(Unidade: Euro)

g) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		31-12-2016	31-12-2015			31-12-2016	31-12-2015
691	Transf. De Capital concedidas	1.220.672	1.299.331	791	Restituições de impostos		4.520
692	Dívidas incobráveis	8.146	13.443	792	Recuperação de dívida	29.604	
693	Perdas em Existências	2.376.021	1.203.771	793	Ganhos em existências	2.192.826	2.017.018
694	Perdas em Imobilizações	2.984.707	1.430.395	794	Ganhos em imobilizações	728.681	226.119
695	Multas e penalidades	5.952	5.305	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.347.788	730.330
696	Aumentos de amortizações e de provisões			796	Reduções de a mortizações e de provisões	5.630.530	1.843.743
697	Correções relativas a exercícios anteriores	244.043	188.091	797	Correções relativas a exercícios anteriores	258.573	1.551.602
698	Outros custos e perdas extraordinárias	627.096	209.202	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.197.692	2.210.279
	Resultados Extraordinários	4.917.884	4.216.229	799	Reembolsos interface	-1.175	-17.844
		<b>12.384.519</b>	<b>8.565.768</b>			<b>12.384.519</b>	<b>8.565.768</b>

Ano: **2016**

(Unidade: Euro)

### h) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

O grupo autárquico apresenta um valor de 28.429.621 € relativo a provisões, no exercício de 2016. Como já referido previamente, este valor indica um acréscimo face a 2015 na ordem dos 34,4%, explicado quase na sua totalidade pela diferença da conta de Provisões para processos judiciais. O aumento decorre sobretudo do valor reconhecido pelo Município de Oeiras para fazer face a uma provável condenação no processo que o opõe à PPP – Oeiras Expo.

De salientar que devido à exclusão da Habitágua houve necessidade de efetuar os devidos ajustes contabilísticos, nomeadamente o aumento do valor de provisões para cobranças duvidosas e para participação nos resultados. Esta alteração ocorre devido a existir provisões constituídas pelo Município de Oeiras para a Habitágua, mas que devido à integração da entidade no perímetro de consolidação, as partes relacionadas eram eliminadas. Por consequência da sua exclusão do perímetro de consolidação, este valor não deve ser eliminado, fazendo parte agora do valor das provisões do grupo.

Designação	31-12-2015 Aprovado	Alteração de perímetro de consolidação - saída da Habitágua	31-12-2015 Ajustado	Regularizações	Aumento	Redução	Utilizações	31-12-2016
291- Provisões para cobranças duvidosas	12.963.831	117.626	13.081.457	0	1.677.731	371.257	0	14.387.931
<b>Subtotal</b>	<b>12.963.831</b>	<b>117.626</b>	<b>13.081.457</b>	<b>0</b>	<b>1.677.731</b>	<b>371.257</b>	<b>0</b>	<b>14.387.931</b>
292- Provisões para riscos e encargos								
2921-Processos judiciais em curso	3.656.110		3.656.110	0	10.621.818	3.248.179	0	11.029.749
2924-Participações nos resultados	529.230	348.529	877.758	0	32.065	794.011	0	115.813
2928-Outros riscos e encargos	1.927.247		1.927.247	0	5.756	258.318	0	1.674.685
2929-Utentes	122.223		122.223	0	0	0	0	122.223
<b>Subtotal</b>	<b>6.202.098</b>	<b>348.529</b>	<b>6.583.338</b>	<b>0</b>	<b>10.659.639</b>	<b>4.300.507</b>	<b>0</b>	<b>12.942.470</b>
298- outras provisões	0		0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
39- depreciação de existências	214.755		214.755	0	0	9.618	0	205.137
<b>Subtotal</b>	<b>214.755</b>	<b>0</b>	<b>214.755</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9.618</b>	<b>0</b>	<b>205.137</b>
49-Provisão para Investimentos Financeiros	1.771.451		1.771.451	0	193.061	1.070.428	0	894.084
	<b>1.771.451</b>	<b>0</b>	<b>1,771,451</b>	<b>0</b>	<b>193,061</b>	<b>1,070,428</b>	<b>0</b>	<b>894,084</b>
<b>Total</b>	<b>21.152.135</b>	<b>466.155</b>	<b>21.651.001</b>	<b>0</b>	<b>12.530.431</b>	<b>5.751.811</b>	<b>0</b>	<b>28.429.621</b>

Relativamente às contas de provisões importa destacar o seguinte:

- Os valores registados na rubrica de provisões para cobranças duvidosas, são utilizados de modo a fazer face ao risco de incumprimento por parte de devedores. Este aumento é consequência dos aumentos registados nesta conta por parte do SIMAS e do Município de Oeiras.
- O apuro das provisões constituídas para processos judiciais em curso, considera os valores relativos a todos os processos judiciais com elevado risco de execução a curto prazo, registando-se face ao ano transato um aumento de mais de 200%, decorrente sobretudo do processo que opõe o Município de Oeiras à PPP – Oeiras Expo, anteriormente dissecado.

## 2016 Relatório de Contas Consolidadas

- Ocorreu uma diminuição de cerca de 87% no valor das Provisões para a participação nos resultados, uma vez que por via do processo de dissolução da Habitágua, passando assim todos os ativos e passivos para a responsabilidade do Município, pelo que não faz sentido manter a provisão para cobertura de resultados negativos.
- A diminuição verificada na conta de Provisões para participações financeiras, ocorre devido à liquidação do SATU, pelo que a provisão existe foi utilizada pela perda do capital.

### i) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Encargos com Cr's de Leasing + ALD		Amortização	Juros + outros encargos
Município	Aquisição da máquina digital DMC (leasins) (Municipal)	90.540,02	6.552,22
Parques Tejo	BMW FS	8.496	
	Locarent	368	
	Leaseplan	19.362	
	Renault BF	33.603	
	Finlog	1.338	
Total		153.706,98	6.552,22



## VIII. Encerramento

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS da gerência do ano financeiro de 2016, que contêm 37 páginas que antecedem e incluem a atual, estão devidamente numeradas, e são levadas a Reunião de Câmara para aprovação e subsequentemente submetidas à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos dos artigos 27º, n.º 2 e 33º, n.º 1, alínea i), ambos do RJAL.

Orgão executivo
Em ... de ..... de .....
.....

Orgão deliberativo
Em ... de ..... de .....
.....